

O drama da seca no Nordeste

São Miguel do Quixeramobim/CE, o destino improvável

FABIO LEOPOLDO GIANNINI*



Há sete anos resolvi sair da confortável plateia paulistana de onde assistia os capítulos dessa tragédia para ser um dos seus 8,5 milhões de figurantes cearenses. Radical, não fiz por menos: vim morar em um distrito rural – São Miguel – da cidade de Quixeramobim, situada no Sertão Central do Ceará, a 250 quilômetros de Fortaleza. Tipicamente um “grotão nordestino”, jargão que nos meus tempos de espectador sulista, usava para nominar lugares tão supostamente isolados como este meu longínquo e real palco de hoje. (foto 1)

Logo nos primeiros momentos concluí pelo acerto da decisão. Para a finalidade que objetivava – entender o porquê do calvário anual do povo nordestino em seu Gólgota semiárido, sempre acabar crucificando-o

sem conceder-lhe jamais a tão prometida ascensão – não poderia ter feito melhor escolha: entendi a triste realidade vivendo-a e a seguir relato-a apontando ao final um caminho que, entendo, pode resgatá-la, exemplificando indistintamente ora com Quixeramobim, ora com o Ceará, ora com todo o Nordeste, já que sob todos os aspectos são muito semelhantes: as cidades, os estados da Região e seus problemas.

A TERRA E O HOMEM

A latitude Sul de 5° e a baixa altitude – 191 metros – de Quixeramobim dispensam detalhes do tórrido clima. A estrutura geológica do subsolo é preponderantemente de Escudo Cristalino, composta por espessa camada rochosa, frequentemente aflorante. Fendas dessa rocha, algumas vezes contêm

água, sempre com médios e altos índices de salinidade, ambos impróprios para consumo humano e irrigação, in natura. Pluviosidade concentrada em três/quatro meses, fevereiro a maio (período aqui chamado de “inverno”) e 240 dias no mínimo de estio infalível (denominados “verões” pelos sertanejos) caracteriza estado de seca anual permanente, como provam: a perene deficiência hídrica do solo de baixa drenagem, e a singular hidrografia de rios secos, na estiagem. (foto 2)

Há períodos cíclicos variáveis de seca total: não chove por 365 dias. Há os catastróficos, nos quais a seca total se estende por dois ou três anos, como está ocorrendo agora e como aconteceu em 1877, 1878, 1879, quando metade da população do Ceará – então, 800 000 pessoas – foi dizimada. Essas situações, desde sempre extremas da edafoclimatologia, foram agravadas por ações antrópicas nestes últimos 500 anos. As práticas indígenas do desmatamento, do fogo e da transumância foram potencializadas pelos portugueses na exploração desenfreada da madeira e nas “plantations” de cana. De quebra os colonizadores introduziram a criação de gado à gandaia nos sertões. Os três sistemas, predatórios, continuam impertérritos até os nossos dias. Resultado: 400 000 dos 826 000 quilômetros quadrados da nossa Caatinga foram desmatados; 200 000 se encontram degradados; e os outros 200 000, em avançado estado de degradação. Sobrevivem apenas 3% de nosso bioma, único do mundo.

A LUTA

Num ambiente como o descrito, a opção pela açudagem – reservar água quando chove, pra usar nos estios – feita desde o século 17 é o caminho correto. Infelizmente, estamos parados no primeiro trecho desse caminho certo há quatrocentos anos: construímos reservatórios, mas não os desfrutamos. Só na nossa Sub-Bacia do Rio Banabuiú/CE, que drena aproximadamente a área correspondente ao Sertão Central, temos 5 825 espelhos d’água. (foto 3)

Os apenas 19 monitorados pela COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – somam uma capacidade de 2,77 bilhões de metros cúbicos, que adicionada aos dos demais não monitorados – com cujas



Foto 1 - São Miguel do Quixeramobim: beleza fugaz das quadras chuvosas; Não há ponte sobre o vertedouro: quando sangra a população fica ilhada



Foto 2 - Cristalino aflorante. Gado à gandaia na Caatinga. Rios secos

águas são abastecidas as zonas rurais de todos os municípios – conservadoramente chega a 2,8 bilhões de metros cúbicos. Esse mundaréu de água só é utilizado para desidratar humanos (cerca de 25 milhões de m³/

ano, 0,9% do total) e animais (outros 0,9%?) do Sertão Central. Na melhor das hipóteses 98,2% dessa imensa energia estática é perdidamente jogada pelos ares – através da evaporação, que no semiárido pode chegar

à 3 000/4 000 mm/ano – e infiltrada no solo. Não podemos dinamizá-la, porque não temos segurança hídrica: a garantia que o estado dá ao investidor – produtor agrícola, pecuário, e ou industrial – de fornecimento firme do precioso líquido por um longo período (50 a 100 anos). Enquanto não dispusermos dela, nossas culturas de grãos – hoje, praticamente só de subsistência: 70% milho, 20% feijão e somente 10% de outros, como a mamona e o algodão – continuarão sendo as mais improdutivas e as menos constantes do país. O gráfico de produções deste século é uma senoidal, com variação entre máxima (2006 – precipitação anual acima de 800 mm: t 1,146 milhão) e mínima (2012 – precipitação anual abaixo de 200 mm: t 234 000) de inacreditáveis 80%. A produtividade máxima das culturas tradicionais de milho em nossa Região (1,2 t/ha) é dez vezes menor que a das – raríssimas por aqui – irrigadas, 12 t/ha. Esta, por sua vez, é igual à média de plantios de sequeiro do mesmo cereal no Sul do país. Continuamos desmatando, queimando, brocando, semeando e colhendo exatamente como nossos antepassados indígenas. Resultado: o PIB per capita do Ceará em 2013, um dos maiores da Região – 12 400 reais – é apenas 50% do PIB per capita, médio, do Brasil no mesmo ano – 24 200 reais. Uma das maiores desigualdades do planeta, que emperra o crescimento nacional.

SEGURANÇA HÍDRICA

A tão sonhada segurança hídrica só terá condições de chegar a algumas zonas de nossa Região quando estiverem prontas a Transposição das Águas do Rio São Francisco pelo Eixo Norte para o Ceará e Rio Grande do Norte, e a Transferência das mesmas para a Paraíba e o Pernambuco, pelo Eixo Leste. Em dezembro de 2012 – vencimento da prorrogação do prazo inicial, dezembro de 2010 – as obras encontravam-se com apenas 40% do seu cronograma financeiro realizado. Reprogramadas para dezembro de 2015, e com consequente elevação de custo orçado, de 4,5 bilhões de reais para 9 bilhões de reais, mais uma vez teve seu prazo dilatado para “princípios de 2016”, pela presidente Dilma Rousseff na campanha eleitoral, em setembro de 2014. Resultado: a confiabilidade na nova data é zero. Para drenar todo o Estado do Ceará será ainda necessário implementar o projeto do Cinturão das Águas do Ceará (CAC); para atender aos demais estados, construir canais de distribuição e reservatórios intermediários em cada um. Numa repetição insana da manobra de colocação dos carros da política na frente dos bois da engenharia empreendida na Transposição e



Foto 3 - Regiões Político-Administrativas e Bacias do Ceará

Transferência, se tenta implementar Cinturão, Canais e Reservatórios Intermediários sem projeto definitivo, sendo seus prazos, inadmissíveis, estimados preliminarmente em 30 ou 40 anos. (foto 4)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Mas, mesmo considerando que um dia essas obras sejam terminadas de nada adiantarão se não houver um plano de desenvolvimento econômico e social para os estados receptores que, caso contrário, disporão de segurança hídrica e não terão o que fazer com ela. Exatamente como estão hoje muitas regiões dos estados doadores – Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas – que, quero crer, não concordavam com a cessão, não por um motivo técnico (impossível alegá-lo, pois os percentuais das vazões a serem transpostas e transferidas, relativamente à vazão garantida pelos reservatórios de Sobradinho e Itaparica, são menores que o da tolerância admitida no procedimento atual do cálculo de vazões), mas sim porque pleiteavam que fosse implementada concomitantemente a revitalização do São Francisco, para a consequente utilização de suas águas num plano de desenvolvimento das zonas lindeiras. Hoje, como se sabe, muitas populações ribeirinhas desse formidável curso não dispõem de água encanada em seus domicílios e, obviamente, não podem sequer pensar em irrigar suas plantações.

Os canais e reservatórios da Transposi-

ção não são um fim em si, como estão pensando. São apenas um meio para se conseguir o fim maior: o progresso. A operação e a manutenção de obras desse porte são caras: o kwh por consumidor pode chegar a valores bem altos. Se não houver fatos geradores de renda o empreendimento pode se transformar num elefante branco, como o Açude do Cedro em Quixadá. Essa quimera de D. Pedro II em 1877 – um simples, embora imponente, barramento – demandou 29 anos pra ser construído, constituindo-se no primeiro alvitre da nossa crônica incompetência de manter prazos contratuais das obras públicas. Inaugurado em 1906, jamais cumpriu sua função social e hoje, depois de 108 anos, permanece impávido sem dessedentar viálva e sem irrigar sequer um hectare.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NOS PROJETOS

Por que não introduzimos no projeto, por exemplo, a experiência exitosa da Índia que cobrindo 10% dos 19 000 quilômetros de adutoras para água de irrigação em canais abertos, da sua Província de Gujarat, com painéis eletrovoltáicos assentados sobre estrutura metálica apoiadas nas bordas, produzirá 2 200 MW de energia limpa, com duas sensíveis vantagens adicionais: (i) economia de 4 750 ha de terreno; e, (ii) economia de 20 milhões de m³/ano de água, devido ao sombreamento decorrente? Em todo o nosso projeto temos, pelo menos o dobro dessa extensão onde seria possível produzir 4 000 MW (potência instalada de Paulo Afonso), economizando 8 000 hectares de terreno e 40 milhões de m³ de água por ano, tornando-o atraente para eventuais investidores privados e produzindo royalties para os municípios. Por que não aproveitarmos o maior nível de insolação do planeta, e ainda de quebra assegurarmos as perfeitadas, implantação e gestão, desse plano redentor? (foto 5)

O INEXTINGUÍVEL CORONELISMO

Não nos iludamos, porém: mesmo que todas essas providências técni-

cas forem um dia implementadas, sem uma radical mudança na estrutura político-social vigente, as benesses esperadas não chegarão ao sertanejo. O autoritarismo do coronelato, implantado em 1831 com a criação da Guarda Nacional, segue impávido no cotidiano do nordestino. Os coronéis não são mais os poucos de chapéu e botas nas cadeiras de balanço das grandes varandas: estão potencializados em muitos políticos pedantes e em miríades de burocratas incompetentes do serviço público, que se julgam donos da vida e da morte do sertanejo. Coronéis à moda antiga e hodiernos, diacronicamente desprovidos de compaixão – sentimento social indispensável ao crescimento das civilizações – mantiveram-no até a passada década de 1990, completamente afastado de qualquer acesso à educação; hoje, são raras as crianças da zona rural fora do fundamental – caso contrário perderiam as tais decantadas bolsas – mas é deplorável o nível de conhecimento por elas realmente adquirido. O censo de 2010 indicou a existência no Sertão Central de 477 000 habitantes entre os 15 e os 65 anos, a denominada força de trabalho, 125 000 deles, 27% (cerca de quatro vezes maior que a média nacional) são analfabetos absolutos, 44,7% dos 352 000 alegadamente alfabetizados – 145 000 – são analfabetos funcionais. Nossa Região tem, portanto, 270 000 pessoas, 60% da mão de obra potencialmente produtiva, com dificuldades de entender o que leem, ouvem e veem. Como essa pobre gente, impedida de pensar pode compreender e incluir-se num projeto de mudança de vida, imprescindível para obtenção da cidadania? Eles não “são”, apenas “estão” nessa vida para: (i) trabalhar sem nenhum amparo legal (a informalidade no Sertão Central atinge níveis alarmantes: apenas 37 000 dos 477 000 habitantes maiores de 15 anos, 7,75%, têm empregos formais, todos localizados nas zonas urbanas); (ii) pagar impostos, incluídos até nos alimentos e remédios que consomem; e (iii) principalmente... votar. Portanto, não sendo cidadãos – pessoas que podem cumprir os seus deveres e exigir os seus direitos –, reitero: apenas serão incluídos quando lhes propiciarmos acesso à educação, o segundo dos dois gargalos do desenvolvimento nordestino, parêlo ao da água.

A EDUCAÇÃO NO NORDESTE

Dois são os caminhos críticos da educação nordestina. Um é o da educação oficial – com sua deficiente qualidade na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I e II, no Ensino Médio (no Ceará, atenuada com a criação hodierna das Escolas de Educação



Foto 5 - Canais da Província de Gujarat, Índia, cobertos por painéis solares

Profissional) e no Ensino Superior. Para este primeiro caminho só podemos indicar um apoio total à tese de “FEDERALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA”, defendida pelo Senador Cristovam Buarque. O outro, jamais cogitado, é a propalada integração dos alienados do processo evolutivo, os analfabetos absolutos e funcionais. A minha sugestão para este último é uma ampliação de escopo do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) – instituído em 1987 no Ceará e responsável por drásticas reduções nos principais indicadores sociais (embora sem atingir os níveis estipulados para



Foto 6 - “Os retirantes” de Cândido Portinari. Assim eram nossos irmãos que tiveram suas mortes abreviadas por torturas sofridas em campos de concentração nas secas de 1915 e 1932

2015 pelo Projeto Milênio), transformando-o em Plano de Agentes Comunitários de Saúde e “Educação” (PACSE). O novo programa deveria ser repensado para recuperar as Associações Comunitárias, também instituídas em 1987 no Ceará, e que jamais cumpriram a sua função precípua de representar o cidadão perante o Estado.

DENÚNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

O povo nordestino é credor de uma imensa dívida. O Papa João Paulo II, em sua Encíclica “Veritatis Splendor” mostra como e por quem essa dívida foi gerada: “A origem do totalitarismo moderno deve ser

vista na negação da dignidade transcendente da pessoa, sujeito natural de direitos que ninguém pode violar: nem o indivíduo, nem a família, nem a sociedade, nem a nação e nem o Estado”. À exceção da nação – estágio sublime que ainda hoje não alcançamos, somos apenas um país – os demais entes sociais citados, há 500 anos vêm sistematicamente violando os direitos do povo nordestino, inclusive – e principalmente – o fundamental e sagrado direito à vida. Às vezes com requinte de crueldade: nas secas de 15 e 32, do século passado, os retirantes que demandavam Fortaleza em busca de incerto lenitivo, foram aprisionados em campos de concentração. Isso mesmo: campos de concentração, semelhantes aos nazistas de Hitler e comunistas de Stalin. (foto 6)

O holocausto de 1915 foi corajosamente denunciado por Rachel de Queiroz, em seu primeiro livro “O Quinze”. O de 1932 – perpetrado sob a ditadura Vargas –, coberto pelo manto da convivência entre Estado (totalitário), sociedade, famílias e indivíduos, foi abafado. Mas o peso moral das milhares de mortes e da infinita humilhação de todas essas situações – similares à escravidão negra e à dizimação indígena – compõe o passivo que deve ser quitado pelo Estado e pela sociedade. O sertanejo nordestino há séculos vem só fugindo da seca. Nada se constrói em debandadas. Ele precisa fixar os seus filhos nas zonas rurais da região onde nasceu pra recompor a família espelhada pela emigração e reconstruir o seu bioma para que ela tenha uma vida sustentável.

A quitação da dívida do Estado far-se-á via aportes de recursos especiais diferenciados para a nossa Região, o que não deve ser interpretado como um privilégio, mas sim como uma compensação – similar às justíssimas quotas para negros e indígenas – desses verdadeiros holocaustos a que fomos submetidos.

A Sociedade Civil, no entanto, para pagar sua dívida precisa ainda ser criada: o geógrafo Milton Santos dizia que ela não existe no Brasil; imagine então no Nordeste. Ela só vai aparecer quando as desigualdades sociais atávicas do próprio Nordeste desaparecerem. E isso só acontecerá com a reeducação do povo, que demandará muitos anos. Assim, que torna indispensável uma colaboração externa voluntária para que etapas sejam queimadas.

O INSTITUTO DE ENGENHARIA

O engenheiro Eduardo Lafraia, presidente do Instituto de Engenharia em 2006, escreveu em sua mensagem no documento comemorativo do 90º aniversário da instituição: “Muito além de defender os interesses da categoria dos engenheiros, desde sua fundação o Instituto lavrou em seus estatutos o objetivo de trabalhar em defesa do bem comum. Acompanhando e, muitas vezes, antecipando a evolução da tecnologia nacional, nos diversos segmentos do conhecimento técnico e científico, participou ativamente da construção do Brasil moderno. Hoje, quando novamente se impõe a estruturação de um projeto nacional, que reinvente o Brasil lançando-o para um futuro de florescimento econômico e visibilidade mundial, o Instituto de Engenharia, por sua história, se legitima no papel de articulador das diversas ações setoriais que visam, mais uma vez, fazer a engenharia do Brasil.”

A reinvenção do Brasil passa necessariamente pela diminuição sensível da desigualdade entre o Nordeste e o Sul/Sudeste, que a nossa proposição objetiva. Assim sendo, quem melhor que o Instituto de Engenharia – em estreita colaboração com as diversas entidades congêneres (como o “Clube de Engenharia do Ceará”) existentes em quase todos os estados da Região para ser o centro articulador da elaboração e da execução desse plano de redenção do Nordeste, fazendo-o finalmente participar desse futuro de florescimento econômico do país? ➤

*Fabio Leopoldo Giannini é engenheiro civil, empresário da construção metálica. Foi professor da cadeira de estruturas metálicas do Mackenzie e da Álvarez Penteado. Recebeu em 2010 o título de Cidadão Quixeramobinense. É diretor regional do Instituto de Engenharia em Fortaleza (CE) E-mail: fgiannini@gmail.com



Foto 4 - Esquemas da Transposição – com fotos de seu abandono – e do Cinturão